

Rua Rui Ferreira da Rocha, 66 - Barra Funda - Paraguaçu Paulista/SP Utilidade Públicas Municipal Lei nº 2.007 de 30/12/1997, Utilidade Públicas Estadual nº 47.421 de 06/12/2002, Utilidade Pública Federal nº 735 de 13/08/2001, COFRAS nº 3.362 e CNAS nº 44006.003160/2001-15

PLANO DE TRABALHO - PROPOSTA 0007/2022

1. DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade ACIPP - Associação Comunitária Integrada de Paraguaçu Paulista				CNPJ 47.609.482/0001-45
Endereço Rua Rui Ferreira da Rocha, 66				Bairro Barra Funda
Cidade Paraguaçu Paulista UF CEP SP 19.707-07		DDD/Telefone (18) 3361-1413	Email acippcasabrigo@hotmail.com	
Nome do Responsável Marcelo Ricardo Menegon Bomfim	CPF 171.835.698-61			
RG/Órgão Expedidor 22.064.097 - Cargo Presidente				-
Endereço Rua Rui Ferreira da Rocha, 66, Barra Funda, Paraguaçu Paulista/SP			CEP 19707-070	

2. DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Título ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		Período de Execução Ínicio: 01/01/2022 - Término: 31/12/2022
Identificação do Objeto Manutenção do serviço de proteção social espe	cial de alta complexidad	
Público Alvo Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos- em me		
Local de Execução ACIPP- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRADA		
Coordenador(a) RONALDA ROSA- CPF-204.548.928-02		
Responsável Técnico do Projeto Aparecida Cassemiro Rosa- CPF-101074838-66		
Endereço do Responsável Técnico AV JOSE BONIFACIO, 529 - B. VILA MARIN- PARAGUAÇU PAULISTA	DDD/Telefone (18) 9969-3293	Endereço Eletrônico aparecida.c.rosa@gmail.com

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Manutenção e custeio do serviço acolhimento institucional que busca atender e garantir os direitos e a proteção integral à criança e adolescente que vivem em situação de risco social e pessoal, com vínculos familiares rompidos e fragilizados. Ofertando lhes condições dignas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Oferecer acolhimento e proteção às crianças e adolescentes, que estão afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de acolhimento institucional, por situação de abandono ou cujas as famílias ou responsáveis encontra-se temporariamente impossibilitados de exercer sua função de cuidados e proteção.

Objetivo Específico

Oferecer e garantir atendimento ás crianças e adolescentes um ambiente que favoreça o processo desenvolvimento

Pág. 1/6



Rua Rui Ferreira da Rocha, 66 - Barra Funda - Paraguaçu Paulista/SP Utilidade Públicas Municipal Lei nº 2.007 de 30/12/1997, Utilidade Públicas Estadual nº 47.421 de 06/12/2002, Utilidade Pública Federal nº 735 de 13/08/2001, COFRAS nº 3.362 e CNAS nº 44006.003160/2001-15

com segurança, apoio, proteção e cuidado, buscando superação das situações de riscos e vulnerabilidades social, e preservação e ressignificação dos vínculos familiares.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

1	META: -Promover o desenvolvimento saudável das criar atendimentos e encaminhamentos necessários para ser esporte, lazer, cultura, e outros)- investimento	nças e adolescent viços da rede(saú	te durante ide, educad	o acolhiment ão, assistenc	o: Através de tial social,
Etapa/ Fase	Especificação	Unidade	Qtde Física	Início	Término
1.01	Organizar e acompanhar o trabalho dos cuidadores/ educadores nos cuidados básicos de rotina diária e garantia na manutenção de alimentação, higiene e habitalidade do serviço.	Crianças e Adolescente s	20	01/12/2022	31/12/2022
1.02	Encaminhamentos e acompanhamentos: médico, psicológico, odontológico.	Serviço de acolhimento	20	01/01/2022	31/12/2022
1.03	Reintegração do acolhido no âmbito escolar : Frequência, comportamento, desenvolvimento de aprendizado	Serviço de acolhimento	20	01/01/2022	31/12/2022
1.04	Encaminhar e preparar os adolescentes para a inserção no mercado de trabalho.	Serviço de acolhimento	20	01/12/2022	31/12/2022
1.05	Preservação dos vínculos familiares e comunitários	Serviço de acolhimento	20	01/01/2022	31/12/2022

6. METODOLOGIA

Acolhida: ação de receber o usuário, identificando, identificando a demanda imediata trazida por ele. Deve ser realizada também no intuito de integrar o novo usuário junto aos colaboradores e demais crianças e adolescentes acolhidos. Esse instrumento juntamente a escuta são considerados a primeiras aproximações com o usuário, a qual permite o inicio da construção de vínculos de confiança com o usuário.

- Escuta Qualificada: ação de identificar e problematizar demandas apresentadas pelo acolhido, familiares e colaboradores,. Tem como finalidade a realização de orientação/ou encaminhamentos. Entrevista- ação que possibilitar um planejamento serio da entrevista, bem como a busca de por alcançar os objetivos estabelecidos para sua realização.
- -Orientação e encaminhamento: podem ser realizados durante a acolhida e escuta ou na execução de acompanhamento realizado pela equipe técnica . Tem como objetivo de proporcionar possibilidade de intervenção de contexto social apresentado junto ao usuário/ família, visando estabelecer uma maior resolutividade nas articulações através da rede de serviço socioassistencial.
- -Visitas Domiciliares: trata-se de um instrumento que tem como principal objetivo, conhecer as condições e modos de vida do usuário em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde estabelece suas relações do dia adia em seu domicilio. Esse instrumental está intrínseco a realização do acompanhamento familiar.
- Estudo Social: ação que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma critica, uma determinada situação ou expressão do contexto familiar, objeto da intervenção profissional.
- Elaboração de prontuário individuais e relatórios: tem por objetivo que toda criança e adolescente, inserido no Serviço de acolhimento tenha seu arquivo individual onde constem dados pessoais, composição familiar, circunstanciais do acolhimento e relatório, do trabalho desenvolvido e demais dados que possibilitem sua identificação e individualização no serviço.
- Relatório Social: elaborado intuito de manifestar o trabalho desenvolvido defronte ao acolhido e nuclear familiar.
- -Elaboração de PIA- Plano Individual de Atendimento: visa a reavallação do núcleo familiar, extensa ou substituta, com objetivo de vislumbrar as perspectivas de reintegração familiar,. É apresentada ao poder Judiciário a cada seis meses e embasa na realização da audiência concentrada.
- Orientação sociofamiliar e apoio a família na função protetiva: desenvolvimento de ações e iniciativas junto às famílias que possibilitem a melhoria das condições de vida com vistas ao empoderamento social e reintegração

Pág. 2/6 🞐



Rua Rui Ferreira da Rocha, 66 - Barra Funda - Paraguaçu Paulista/SP Utilidade Públicas Municipal Lei nº 2.007 de 30/12/1997, Utilidade Públicas Estadual nº 47.421 de 06/12/2002, Utilidade Pública Federal nº 735 de 13/08/2001, COFRAS nº 3.362 e CNAS nº 44006.003160/2001-15

familiar do acolhido.

-Identificação e mobilização da família extensa ou ampliada: visa à sensibilização de demais membros da famíliares, cujo vínculos afetivos se encontram fragilizados. Esta ação faz se necessário, uma vez que os membros da família Nuclear, encontra-se impossibilitados de assumir os cuidados perante aos acolhidos.

-Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social: este conjunto de ações, que visam à convivência familiar e comunitária, proporcionando a compreensão do contexto social de uma sociedade baseada em direitos e deveres.

-Mobilização para o exercício da cidadania: oportunizar aos usuários atendidos o autoconhecimento a formação cidadã. Acesso a documentação pessoal e vivencias que evidenciam hábitos e valores éticos como solidariedade, respeito, dialogo e embasam o desenvolvimento dessa ação.

-Reingresso escolar e acompanhamento de frequência escolar: reintegração do acolhido junto ao âmbito escolar e acompanhamento mensal de frequência, comportamento e desenvolvimento do aprendizado escolar.

-Atividades Comunitárias: ações que garantem o direito a convivência comunitária.

-Atividades de organização de vida cotidiana: Ação de estabelecer rodas de conversas através de utilização de técnicas, dinâmicas, simulações de determinadas situações, com vistas a permitir que os acolhidos em grupos produzam uma reflexão acerca da vivencia no âmbito institucional e familiar.

-Articulação com o sistema de garantia de direitos: ação que preconiza o trabalho em rede, tendo em vista a reintegração familiar do acolhido. Observação direta- trata-se de uma observação do participante, além de observar o profissional, interage com o usuário e participa ativamente do processo de execução do objeto da parceria. E uma ação diária.

-Reunião: As reuniões são espaços coletivos, são encontros grupais que deverão acontecer reflexão/ avaliação do cumprimento das metas, dos objetivos e impactos da parceria.

- Ações voltadas para o desacolhimento: são um conjunto de ações que favorecem a reintegração familiar do acolhido.

7. FORMA DE AFERIÇÃO DOS INDICADORES DAS METAS/ETAPAS OU FASES

Indicadores de resultados Quantidade de acolhidos Quantidade de acolhidos que frequentam a escola

quantidade atendimentos médicos;

Quantidades de atendimentos odontológicos

Quantidades de atendimentos psicológicos

Quantidade de adolescentes participantes de projeto profissional

Quantidade de acolhidos inseridos em família substitutas

Quantidade de acolhidos reintegrados a família de origem e extensa

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (INSTRUMENTAIS)

Método de monitoramento e controle das ações a serem executadas: Como meio de verificação será aplicada uma pesquisa uma pesquisa qualitativa/quantitativa como forma de aferição do cumprimento das metas e avalição dos resultados

9. PROVISÃO/EQUIPE CONTRATADA

Cargo/Função	Qtde.	Remuneração R\$	Total Mês R\$	Total Ano R\$
Total			0,00	0,00

10. RECURSOS FISICOS

Nº Ordem	Quantidade	Especificação	
01	1	Escritório	
02	1	Sala de atendimento técnico	
03	1	Cozinha	No. of the last of



ACIPP - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRADA DE PARAGUAÇU PAULISTA Rua Rui Ferreira da Rocha, 66 - Barra Funda - Paraguaçu Paulista/SP Utilidade Públicas Municipal Lei nº 2.007 de 30/12/1997, Utilidade Públicas Estadual

 $n^{\rm o}$ 47.421 de 06/12/2002, Utilidade Pública Federal $n^{\rm o}$ 735 de 13/08/2001, COFRAS $n^{\rm o}$ 3.362 e CNAS nº 44006.003160/2001-15

Nº Ordem	Quantidade	Especificação
04	1	despensa
05	1	Sala de TV
06	1	Sala de janta
07	5	Quartos
08	1	Área externa
09	1	Lavanderia
10	3	BANHEIROS

11. RECURSOS MATERIAIS

Nº Ordem	Quantidade	Especificação
01	20	Camas
02	6	Armários
03	1	TELEVISÃO
04	5	COMPUTADORES
05	8	VENTILADORES
06	2	BEBEDOUROS
07	2	IMPRESSORAS
08	1	FORNO MICROONDAS
09	3	FREEZER
10	4	GELADEIRAS
11	3	FOGÃO
12	1	MÁQUINA DE LAVAR
13	2	MESAS DE JANTAR
14	1	TELEFONE
15	1	VEÍCULO DE USO EXCLUSIVO
16	14	CÂMERAS DE MONITORAMENTO

12. PLANO DE APLICAÇÃO

1 - Despesas com Pessoal - BB001/AG 01058/ CC 8784-X M (Municipal)	Unidade	Quantidade	Previsto R\$	Apost. R\$
1.01 - Adicional 1/3 Férias (folha)	meses	12	0,00	0,00
1.02 - Assistente Social (folha)	meses	12	0,00	0,00
1.03 - Coordenador (folha)	meses	12	0,00	0,00
1.04 - FGTS - Fundo de Garantia	meses	12	0,00	0,00
1.05 - FGTS s/ 13º salário	meses	12	0,00	0,00
1.06 - GRRF/FGTS Rescisão	meses	12	0,00	0,00
1.07 - INSS Empregados (Isenção CEBAS)	meses	12	0,00	0,00
1.08 - INSS Patronal e Empregados	meses	12	0,00	0,00
1.09 - INSS s/ 13º Salário	meses	12	0,00	0,00

Pág. 4/6



Rua Rui Ferreira da Rocha, 66 - Barra Funda - Paraguaçu Paulista/SP Utilidade Públicas Municipal Lei nº 2.007 de 30/12/1997, Utilidade Públicas Estadual nº 47.421 de 06/12/2002, Utilidade Pública Federal nº 735 de 13/08/2001, COFRAS nº 3.362 e CNAS nº 44006.003160/2001-15

1.10 - IRRF s/ 13º Salário	meses	12	0,00	0,00
1.11 - IRRF s/ Proventos	meses	12	0,00	0,00
1.12 - Monitor(a) (folha)	0,00	0,00		
1.13 - Motorista (folha)	0,00	0,00		
1.14 - Remunerações/Salários CLT (funcionários)	meses	12	119.448,48	0,00
Subtotal	119,448,48	0,00		
2 - Financeira - BB001/AG 01058/ CC 8784-X M (Municipal)	Unidade	Quantidade	Previsto R\$	Apost. R\$
2.01 - Financeira	meses	12	0,00	0,00
Subtotal			0,00	0,00
Total BB001/AG 01058/ CC 8784-X M (Municipal)		119.448,48		
Total				0,00
Total Geral (Previsto + Apostilamento)			119.448,48	0,00
rotal delai (Flevisto + Apostilamento)			119.448,48	

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Fonte de Recurso	Valor Concedente	Valor Proponente	Data
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		05/11/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		05/12/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		05/01/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		04/02/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		06/03/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		05/04/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		05/05/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		04/06/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		04/07/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		-
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		03/08/2022
Municipal (BB001/AG 01058/ CC 8784-X M)	9.954,04		02/09/2022
Total	119.448,48		02/10/2022
Total BB001/AG 01058/ CC 8784-X M (Municipal)	119.448,48		

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

15. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao (Órgão Público interessado), para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

Paraguaçu Paulista, 29 de Novembro de 2021.

Pág. 5/6



ACIPP - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRADA DE PARAGUAÇU PAULISTA Rua Rui Ferreira da Rocha, 66 - Barra Funda - Paraguaçu Paulista/SP Utilidade Públicas Municipal Lei nº 2.007 de 30/12/1997, Utilidade Públicas Estadual nº 47.421 de 06/12/2002, Utilidade Pública Federal nº 735 de 13/08/2001, COFRAS nº 3.362 e/CNAS nº 44006.003160/2001-15

16. REPRESENTANTE DA ENTIDADE

Marcelo Ricardo Menegon Bomfim

Dirigente

Aparecida Cassemiro Rosa- CPF-101074838-66

Responsável Técnico